



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ARTIMISA AISSATU DA SILVA BALDÉ

BRASIL E PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL
PORTUGUESA:
RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Salvador

2020

ARTIMISA AISSATU DA SILVA BALDÉ

**BRASIL E PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL
PORTUGUESA:
RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Política Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio.

Salvador

2020

Ficha catalográfica elaborada por Valdinea Veloso CRB 5/1092

Baldé, Artimisa Aissatu da Silva
B175 Brasil e países africanos de língua oficial portuguesa: relações
políticas e econômicas / Artimisa Aissatu da Silva Baldé. _ Salvador:
2020

50f. tab.; fig.; graf.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de
Economia, Universidade Federal da Bahia, 2020

Orientador: Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio

1. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Brasil.
2. Economia I. Sampaio, Nuno Jorge Rodrigues Teles II. Título III.
Universidade Federal da Bahia

CDD 330

ARTIMISA AISSATU DA SILVA BALDÉ

**“BRASIL E PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL
PORTUGUESA: RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS”**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em 17 de dezembro de 2020

Banca Examinadora

Prof. Dr. Nuno Teles Sampaio
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Profa. Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

À pessoa mais especial da minha vida,
Zaya Rhadyja Carlos de Medina minha filha.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois só ele sabe o quanto lutei e pela sua infinita bondade me permitiu chegar ao fim. Se hoje estou concluindo o curso é porque além de Deus existem duas pessoas mais importantes no mundo que nunca desistiram de mim, minha mãe Joana da Silva e minha Irmã amiga Ecylla Saluy Borges, serei eternamente grata pelos conselhos, carinhos e claro, pelos puxões de orelha.

RESUMO

O presente trabalho não compara, mas diagnostica o teor político e econômico da política externa Brasileira para com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe. Os PALOP foram criados em 1979 com objetivo de ser um campo de cooperação político-diplomática e de solidariedade. A relação do Brasil com os PALOP vai além da questão política e econômica, lastreada histórica e culturalmente desde a colonização. O foco deste trabalho são as relações políticas e econômicas do Brasil com os PALOP. Identificou-se que os principais liames que motivaram tais relações se deram no Mandato do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como GOVERNO LULA, em que as relações políticas econômicas do Brasil com os PALOP tiveram mais relevância, bem como significaram amadurecimento da diplomacia brasileira através dos benéficos acordos e cooperações de interesses bilaterais.

Palavras chave: Relações Brasil e os PALOP. Política. Economia.

ABSTRACT

The present work does not compare, but diagnoses the political and economic content of Brazilian foreign policy alongside the African Portuguese Speaking Countries (PALOP): Angola, Mozambique, Guinea-Bissau, Cape Verde, and São Tomé and Príncipe. PALOPs were created in 1979 with the aim of being a field of political-diplomatic cooperation and solidarity. Brazil's relationship with the PALOP goes beyond the political and economic issue, historically and culturally backed since colonization. The focus of this work is the political and economic relations between Brazil and the PALOP countries. It was identified that the main links that motivated such relations occurred in the Mandate of Ex-President Luiz Inácio da Silva, better known as GOVERNMENT LULA, in which the economic political relations of Brazil with the PALOP had more relevance, as well as meant maturation of the Brazilian diplomacy through beneficial bilateral agreements and cooperation.

Key-words: Brazil and the PALOP Relations. Foreign Policy. Economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação de Guine-Bissau na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010	37
Tabela 2 - Participação de Cabo Verde na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010	38
Tabela 3 - Participação de São Tomé e Príncipe na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010.....	39
Tabela 4 - Participação de Angola na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010	42
Tabela 5 - Participação de Moçambique na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010	43
Tabela 6 - Participação de Guiné-Bissau na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010	44
Tabela 7 - Participação de Cabo Verde na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010	44
Tabela 8 - Participação de São Tomé e Príncipe de exportação e importação brasileira em 2003 a 2010	45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Dívida extesna de Guiné-Bissau – Em milhões de USD – em % do PIB.....	23
Figura 2 -PIB real de Guiné-Bissau – taxa de variação anual em percentagem.....	23
Figura 3 -PIB real de Cabo Verde – taxas de variação anual em percentagem.....	26
Figura 4 - divida pública de Cabo-verde (% do PIB)	26
Figura 5 - PIB real de São Tomé e Príncipe – taxa de variação anual em percentagem.....	28
Figura 6 - Despesas públicas de São Tomé e Príncipe (milhões de dobras)	29
Figura 7 - Estudantes Guineenses no Brasil (PEC-G).....	33
Figura 8 - Estudantes Caboverdianos no Brasil – PEC -G	35
Figura 9 - Estudantes Sãotomense no Brasil – PEC-G.....	36
Figura 10 - Soma dos valores agregados exportados do Brasil para PALOP 2003 A 2010	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia das Independência e Denominações dos PALOP	17
Quadro 2 - Discentes Selecionados da África	31
Quadro 3 - Brasil – Evolução do total das importações mais exportações com os PALOP no período de 2003 a 2010	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
BM	Banco Mundial
CONCP	Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
CPLP	Comunidade Portuguesa De Língua Portuguesa
CV	Cabo Verde
DRI	Departamento de Relações Internacionais
EU	União Europeia
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
GP	Grandes PALOP (Angola, Moçambique)
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MPLA	Movimento Popular de Libertação da Angola
MRE	Ministério de Relações Exteriores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização de Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PEC-G	Programas de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programas de Estudantes-Convênio de Pós Graduação
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PP	Pequenos PALOP (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe)
PTF	Produtividade Total de Fatores
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UEMOA	União Econômica Monetária Oeste Africana
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UMOA	União Monetária Oeste Africana
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	UM ESBOÇO HISTORICO: BRASIL E ÁFRICA	14
3	A FORMAÇÃO DOS PALOP	19
3.1	PEQUENO PALOP	21
3.1.1	Guiné-Bissau	21
3.1.2	Cabo Verde	24
3.1.3	São Tomé E Príncipe	27
4	POLITICA EXTERNA BRASILEIRA VOLTADA AOS PALOP	30
4.1	A COOPERAÇÃO BRASIL – GUINÉ-BISSAU	32
4.2	A COOPERAÇÃO BRASIL – CABO-VERDE	34
4.3	COOPERAÇÃO BRASIL – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	36
5	RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-PALOP (2003-2010)	37
5.1	AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM OS PEQUENOS PALOP	43
6	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as relações políticas e econômicas mútuas do Brasil com os países membros dos Pequenos Países Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)¹, nos anos 2003-2010, anos de intensificação dessas mesmas relações, a partir de interesses econômicos e influências institucionais (especialmente a política externa), no lastro de transformações histórico-culturais que os unem de forma sólida e diversificada.

Antecipando a revisão histórica que se seguirá ao longo dos capítulos, cabe assinalar que o foco de atenções deste estudo é um processo do século XXI com precedentes que tomaram lugar, de forma mais significativa, apenas nos últimos 30 anos do século XX, pois foi desde a década de 1970, década da independência destes países, até os anos 1990 que “a atuação do Brasil, em relação aos PALOP, foi sendo diversificada e intensificada, baseando-se em aspectos políticos e econômicos” (ROSSO, DELIBERALI, 2015, p. 06).

Embora ainda deficientes no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, os Pequenos Países dos PALOP (PP) são ricos em recursos naturais. Todavia, a sua fraca produtividade é central como problema presente do seu desenvolvimento, bem como ao seu futuro crescimento e desenvolvimento social:

Nos Palop e Timor-Leste, a Produtividade Total de Fatores (PTF) agrícola é baixa frente às disponibilidades tecnológicas no setor em termos mundiais. A predominância da pequena produção faz da eficiência o componente mais importante do desempenho do setor nestes países. (MANCAL, 2019, p. 1).

Desejosos de resolver seus embaraços econômicos e sociais na base de uma liderança democrática, a cultura, a política e a economia africana passaram a progredir de maneira cuidadosa e ordenada no século XXI (SARAIVA, 2015). Considerados pequenos estados periféricos, seja pelas suas dimensões territoriais, seja pelos seus graus de influências político-econômicas e culturais de então, os PP são estados independentes capazes de acumular capital, prosperar em tecnologias, atingir patamares de bem-estar e desenvolvimento significativos, não obstante dependentes do mercado externo e de artimanhas dos estados centrais, no contexto em que os vários blocos econômicos lutam pelo crescimento constante, exercendo pressões multilaterais (RIZZI, 2012, p. 21).

¹ PALOP – Países Africano de Língua Oficial Portuguesa, que engloba os dois seguintes conjuntos de países: Pequenos PALOP - PP (Guiné-Bissau, Cabo verde, São Tomé e Príncipe) e Grandes PALOP - GP (Angola, Moçambique).

São estados independentes capazes de acumular capital, prosperar em tecnologias, atingir patamares de bem-estar e desenvolvimento significativos, não obstante dependentes do mercado externo e de artimanhas dos estados centrais, no contexto em que os vários blocos econômicos lutam pelo crescimento constante, exercendo pressões multilaterais (RIZZI, 2012, p. 21). Nesse sentido, as suas relações diplomáticas e econômicas com potências regionais, como o Brasil, se revelam de enorme importância para a sua viabilidade e desenvolvimento futuros.

Este estudo realiza, inicialmente, um esforço de síntese histórica da relação Brasil-África, com vistas à compreensão da formulação e efetivação das políticas externas a partir da década passada, para em seguida apresentar a formação histórica e política dos PALOP em específico PP (Pequenos PALOP), logo no capítulos seguintes, analisar como a relação Brasil-PP se instituiu, em decorrência de acordos, cooperações e transações comerciais.

Os PALOP em geral vêm experimentando crescimento econômico, porém assimétrico, isto é, mais lento nas economias dos PP em relação aos GP, razão pela qual esta pesquisa foca as relações e ações cooperativas do Brasil com os PP e, mais especificamente, nas relações econômicas e políticas durante os anos 2003- 2010 ou “Governos Lula”, visando identificar vetores de avanços e estagnação, visto que a pesquisa tem caráter exploratório e histórico-bibliográfico.

2 UM ESBOÇO HISTÓRICO: BRASIL E ÁFRICA

América do Sul e África constituem uma base de relações sociais e políticas, econômicas e comerciais e, em particular, o Brasil e alguns países de África de língua oficial portuguesa, têm numerosos pontos em comum a partir do processo de formação colonial desde o início do século XVI (ROSSO, DELIBERALI, 2005), perpetrado pelos portugueses, envolvendo escravização e tráfico de africanos, lavouras e usinas de cana de açúcar, bases do comércio de então, do sistema colonial que perdurou séculos (VISENTINI, PEREIRA, 2015; ROSSO, DELIBERALI, 2015).

Revise-se, ainda que de forma sucinta, alguns marcos deste longo processo histórico, principiando por recordar que em torno de 3,5 milhões de africanos foram expatriados compulsoriamente para o outro lado do oceano, principalmente da Costa dos Escravos, o atual Togo, até a Biafra, atual Nigéria; mas também de Angola e Moçambique (BRASIL, 2016).

A principal origem dos escravos do Brasil era Angola e, em menor quantidade, Moçambique, Senegâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro, hoje Gana, Nigéria e Benin, respectivamente. Considerando só os anos 1800-1850, i.e., até quando do fim do tráfico, mais de dois milhões de africanos foram escravizados no Brasil, segundo o banco de dados *Trans-Atlantic Slave Database*². Neste período, a participação do Brasil no tráfico humano “internacional era de cerca de 60%, chegando a 87% na década de 1840, país que foi, com larga folga, o principal destino do tráfico negreiro” (BRASIL, 2016, p. 17).

No começo do século XIX, já com a Inglaterra expandindo seus domínios no contexto de seu ciclo de hegemonia, tanto o comércio de produtos quanto o tráfico negreiro, entre Brasil e África, expandia-se. A economia cafeeira, que inicia seu crescimento, também vai depender do braço escravo para se desenvolver. O quadro aprofunda-se com a vinda da família real em 1808 e a abertura dos portos, que consolida o crescimento do tráfico. (BRASIL, 2016, p. 22).

Em 1810 foram celebrados acordos de amizade, comércio e navegação entre Portugal e Grã-Bretanha. No âmbito comercial, Portugal obteve uma taxa preferencial de produtos britânicos na colônia e permitiu que comercializassem com possessões portuguesas no continente Africano, com compromisso de abolir o tráfico negreiro, dado que, por interesses econômicos,

² Citado pelo autor Henrique Gerken Brasil, através da pesquisa feita no projeto Trans-Atlantic Slave Trad Database. Disponível no site: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>.

a Grã-Bretanha pressionara Portugal e Brasil a acabar com o tráfico. No entanto, o mesmo terá continuado de forma ilegal até o século XIX.

Na negociação para o reconhecimento da independência brasileira, a Inglaterra consegue que o Império brasileiro firme o tratado de 1826, renovando as obrigações contidas nos tratados de 1810 para a regulamentação e abolição do comércio de escravos, que deveria ocorrer a partir de 3 anos. Ratificado o tratado em 1830 e tornado lei a abolição do comércio negreiro em 1831, entretanto, o comércio humano continuaria, à revelia de tratados internacionais, até meados do século XIX. (BRASIL, 2016, p. 23).

Depois da independência do Brasil e sob pressões inglesas, na mesma época que se iniciou a expansão colonialista europeia na África, se verificou uma retração das relações entre a África e o Brasil. Um longo período de latência ou distanciamento oficiais decorreu com a república, caracterizado pela incipiência de fatos econômicos ou políticos de grande relevo, até que, já no pós-segunda guerra mundial, os governos do Brasil e dos países africanos reataram, e.g., uma agenda de visitas de chefes do poder executivo durante a difícil gestação dos processos de descolonização da África.

Todavia, mesmo quando a África começava a comemorar várias independências, Juscelino Kubitschek (1956-1961) não soube criar uma política de reaproximação, e as próprias independências continuaram sendo ignoradas pelo Brasil, entendidas como potenciais concorrentes internacionais de produtos primários:

A preocupação brasileira, na década de 1950, se dá apenas pela potencial concorrência africana nos mercados de produtos primários. O presidente Kubitschek, em cujo governo explodem as independências africanas, mantém a preocupação na América Latina com a Operação Pan-Americana (OPA), e reconhece a soberania dos novos Estados, não indo além desse ato de apoio. Contraditoriamente, nada é feito em apoio às colônias portuguesas na África. Pelo contrário, o comportamento brasileiro na ONU chega a acompanhar as votações de Portugal e França em questões coloniais. Rodrigues chama a política externa de Kubitschek de “malogro”, pois não soube atuar no momento certo em relação aos novos países africanos. (BRASIL, 2016, p. 26).

Apenas com o desencadeamento da política externa independente do presidente Jânio Quadros, em 1961, a África começou a ser notada na diplomacia brasileira. Com Quadros e seu chanceler Afonso Arinos lançou-se uma política africana pela primeira vez e se tomou posição em favor do direito à independência e autonomia dos povos coloniais, principalmente colônias portuguesas, que estavam prestes a começar a luta armada. Assinou diferentes acordos culturais com a África gerando um estabelecimento de programas de bolsas de estudo. O processo de aproximação era lento, mas acontecia (VISENTINI, PEREIRA, 2015).

A relação do Brasil com os países africanos de língua oficial portuguesa só começa quando o Brasil se encontrava em lenta fase de transição do regime militar para a democracia, na segunda metade dos anos setenta. Este foi um período conturbado da economia internacional, com as crises de petróleo. Duas dessas crises são marcadas nos anos 1973 e 1979, durante governo de Geisel, tendo-se seguido, já nos anos oitenta uma crise de dívida externa, procurada pelo aumento das taxas de juro internacionais, que afetou sobretudo os novos países em vias de desenvolvimento (ROSSO; DELIBERALI, 2015).

Durante esta fase conturbada nos mercados internacionais aumentou a curiosidade em relação à nova aproximação do Brasil com a África, que agora apoiava diretamente o movimento de descolonização:

O primeiro gesto seria o reconhecimento de Guiné-Bissau e o apoio à sua entrada nas Nações Unidas, antes mesmo do fim das negociações com Portugal. A mudança na postura é evidente já no discurso, apesar de Geisel, em seu pronunciamento de posse, não haver citado a questão africana. Azeredo, por sua vez, na abertura da 24ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1974, já no desenrolar dos efeitos da Revolução dos Cravos, saúda os representantes da República de Guiné-Bissau, para em seguida afirmar que não mais deve haver atrasos na descolonização. (BRASIL, 2016, p. 51).

Essa nova aproximação não derivava da “solidariedade”, mas do objetivo de conquistar novos mercados para seus produtos manufaturados, comprar matérias-primas, oferecer serviços e produtos de sua tecnologia, estabelecer domínios, o que não o diferenciou dos demais países globalizados que procuram auferir vantagens da África (MUNANGA, 2018).

No entanto, é do interesse dos países africanos ter novos parceiros comerciais, num contexto multilateral para se libertar das relações bilaterais com as antigas metrópoles colonialistas que continuam a alienar suas soberanias (MUNANGA, 2018). Problemas internos de alguns países resultaram em que as trocas comerciais não atingiram as metas esperadas logo após a primeira década da independência. O quadro 1 abaixo mostra os anos da independência dos países membros de PALOP e como são denominados.

Quadro 1 - Cronologia das Independência e Denominações dos PALOP

PAÍS	ANO DA INDEPENDENCIA	DENOMINAÇÃO
Angola	11 de novembro de 1975	República Popular de Angola
Moçambique	25 de junho de 1975	República Popular de Moçambique
Guine- Bissau	23 de setembro de 1973	República da Guiné-Bissau
Cabo Verde	5 de julho de 1975	República de Cabo Verde
São Tomé e Príncipe	12 de julho de 1975	República Democrática de São Tomé e Príncipe

Fonte: Elaborado pela autora com base em Rizzi (2016, p. 150).

Durante a administração do presidente Geisel, o Brasil, visando ampliar as relações com países produtores de petróleo e universalizar a política externa, fortaleceram-se as relações com alguns países da África, principalmente com Angola³. Porém, durante as décadas de 1980 e 1990 as relações com o continente africano não eram tidas como prioridade e, entre os membros do PALOP, somente Angola seguiu sendo um parceiro importante do Brasil (ROSSO, DELIBERALI, 2015), e não sem uma razão estratégica:

[...] na década de 90 Brasil priorizou sua relação com países ricos, e não tinha maiores interesses por continente Africano. O primeiro contato do presidente FHC com a África foi durante a formação do CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) criado em 17 de julho de 1996, estruturados por 9 países membros (Brasil, Portugal, Timor Leste, Guiné- Bissau, Guine Equatorial, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola), espalhados por diferentes lugares do mundo, porém, unidos pela mesma cultura e história. O papel da cooperação tem auxiliado na projeção internacional da língua oficial portuguesa, no fortalecimento institucional e político de seus membros em situação de crises e instabilidade, assim como tem se contribuído para desenvolvimento de programa em diferentes lugares, e para afirmação conjunta dos mesmos interesses em outros âmbitos internacionais. (VISENTINE, PEREIRA 2015, p. 4).

Já na democracia, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) só visitou três países da África (Angola, África do Sul e Moçambique) e optou pelo fechamento dos postos diplomáticos em diversos lugares da África, como Adis Abeba (Etiópia), Dar es Salam (Tanzânia), Laundê (Camarões), Kinshasa (República Democrática do Congo), Lomé (Togo) e Lusaca (Zâmbia), limitando a capacidade da política externa em alavancar ações de caráter político e econômico

³ É um cenário dependente de um recurso não-renovável, com preço exógeno, ainda atual: “A economia angolana depende estruturalmente da produção petrolífera e permanece condicionada, desde 2014, pelos desequilíbrios macroeconômicos que resultam da quebra dos preços do petróleo então verificada e nunca plenamente recuperada.” (BANCO DE PORTUGAL, 2019, p. 21).

no continente vizinho (RIBEIRO, 2010). Essa decisão de política externa faz parte de um componente estratégico de seu projeto neoliberal, que repeliu a África no que tange a investimento privado, sobretudo no que toca a construção civil e fomento (FERREIRA, 2016, p. 2).

Já nos anos 2000, o novo presidente Luis Inácio Lula da Silva deu mais espaço as relações África-Brasil. Logo em seu primeiro discurso ao poder, declarou que África seria um vetor fundamental da política externa Brasileira, promovendo em seguida ações preliminares entre as quais cabe lembrar as “modificações da estrutura interna do Itamaraty em relação à África”, bem como, “além da Divisão de África I e II, [...] a terceira Divisão de África para [...] focar só nos estudos sobre o continente africano e trazer novas ideias de cooperação” (FERNANDES, 2018, p. 16). Três meses após, lançou o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África de Sul, ou IBAS ou G-3. Durante seus dois mandatos instituiu e reabriu dezoito embaixadas, da mesma forma que alguns estados africanos passaram a ter embaixadas no Brasil.

Durante seu primeiro mandato, o Presidente Lula e o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim realizaram várias visitas e estabeleceram acordos com os alguns países africanos. Entre o 3º e 4º anos de governo, Lula fez cinco viagens ao continente Africano, em 17 países; de 2003 a 2010 visitou 23 países da África, e de entre eles, todos os PALOP demonstrando assim a sua importância para a diplomacia brasileira. Por um lado, esta aproximação com o continente africano fortaleceu a diplomacia brasileira, as empresas do Brasil ganharam espaço, especialmente a Petrobrás, mas, por outro lado, serviu para que opositores políticos acusassem o governo Lula de desperdiçar o dinheiro com “continente sem futuro” (FERREIRA, 2016, p. 3).

No entanto, conforme Almeida (2004), uma característica do governo Lula foi, inegavelmente, uma firme e focada defesa das autonomias nacionais, tendente a assinar acordos com potências medianas e de economias emergentes, como dos PALOP, favorecendo o hemisfério Sul, a integração da América do Sul e o Mercosul (ALMEIDA, 2004). Regido pelo interesse próprio brasileiro, estas novas relações diplomáticas eram promissoras para os PALOP, em geral, e os PP, mais vulneráveis, em particular.

3 A FORMAÇÃO DOS PALOP

Em 1961 aconteceram fatos importantes para os PALOP e Timor Leste (ainda no controle dos portugueses), como a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), em Casablanca, organizado pelo movimento nacionalista pela independência, que criou a primeira organização multinacional de língua portuguesa. Em 1974, logo depois da revolução portuguesa, todos os PALOP tiveram sua Independência, com exceção de Guiné-Bissau, que se tornou independente um ano antes.

Neste contexto histórico consolida-se a organização intergovernamental que hoje passou a se chamar PALOP, criada em 1979. Colaborou para o fortalecimento desta organização, que se tornou plena, a União Europeia, que, em 1992, através do “Acordo de Cotonu”, começou a financiar estes países através do Fundo Europeu de Desenvolvimento. Os PALOP evoluíram, já nos anos 90 para novas entidades como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que se anunciava como:

[...] um novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Nove – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. Esse factor de unidade tem fundamentado, no plano mundial, uma atuação conjunta cada vez mais significativa e influente. (CPLP, 2020, p. 1).

Criada 17 de Julho de 1996, a Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral preferencial para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus pares, hoje integrada por Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (já independente).

O processo ganhou impulso decisivo na década de 90, merecendo destaque o empenho do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira. O primeiro passo concreto no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney. Na reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade. Em Fevereiro de 1994, os sete ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, reunidos pela segunda vez, em Brasília, decidiram recomendar aos seus Governos a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo com vista à adopção do acto constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (CPLP, 2020, p. 1).

A criação da CPLP tem um histórico que remonta a desideratos antigos de atores diplomáticos, políticos, empresários e cidadãos nos diferentes países lusófonos:

A ideia de criação de uma comunidade de países e povos que partilham a Língua Portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia – foi sonhada por muitos ao longo dos tempos. (CPLP, 2020, p. 1).

Foi criado um programa com o objetivo de contribuir na modernização e o desenvolvimento dos países membros, de maneira a favorecer a sua inserção na economia mundial, através das suas riquezas e do seu patrimônio econômico, institucional, histórico, sociocultural comum.

Entretanto, os Ministros Ordenadores Nacionais dos PALOP foram encarregados a negociar com Comissão Europeia em conformidade com o ordenado nos artigos 160º e 161º da Quarta Convenção de Lomé⁴, com a redação que lhe foi dada pelo acordo assinado na Maurícia em 4 de novembro de 1995. Acentuado pelo Quadro Geral dentro do Programa Indicativo Regional (VIII/164/97-PT), todos os países membros assentam seguintes objetivos e prioridades:

- a) Desenvolvimento e consolidação da democracia, primado do Direito e respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, combate à pobreza;
- b) Desenvolvimento económico e social sustentável, concedendo especial importância ao desenvolvimento dos recursos humanos, e designadamente às questões de género e à proteção do ambiente;
- c) Integração na economia mundial, nomeadamente através da promoção do sector privado e do desenvolvimento do comércio. (REGIONAL, 1997, p. VIII/164/97).

Os cinco países experimentaram discórdias internas, principalmente na luta pela independência, causando uma crise profunda, problemas ambientais, fome e doença. Os PALOP foram regidos por regimes de partido único até na década de 90 (RIZZI, 2016, p. 150).

Os Pequenos PALOP a partir de uma experiência socialista, de Regime de Partido único, tentaram lançar as bases do desenvolvimento socioeconômico, porém sem êxito; Os Grandes PALOP, também com experiências socialistas, envolvidos em conflitos internos (com consequências regionais e internacionais)

⁴ Convenção de Lomé foi assinada, em 1975, entre a Comunidade Europeia, atualmente União Europeia, e 70 nações de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

também não conseguiram progredir na organização de seus Estados e sociedades, até a década de 1990. (RIZZI, 2012, p. 21).

Depois de conquistar a independência, em 2002, o mais novo país do mundo Timor-Leste foi recebido como um dos integrantes da CPLP. Entre os PALOP, existe uma grande diversidade. Quanto aos GP, Angola e Moçambique, a dimensão de suas fronteiras e sua costa litorânea fazem deles países com maiores potencialidades de desenvolvimento econômico e social, habilitando-os a uma inserção regional mais concreta e passível de negociações (RIZZI, 2012, pp. 21-25). A estes países exercem maior influência no exterior e suas economias são relativamente mais expressivas (RIZZI, 2012). Já entre os PP, enfoque deste trabalho, existem dessemelhanças, nomeadamente geográficas, já que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são arquipélagos e a Guiné-Bissau um país do continente, localizada num enclave francófono, bem como os diferentes tipos de clima e solo que possuem. Assim, importa descrever estes três países em maior detalhe.

3.1 PEQUENO PALOP

Embora os GP e os PP tenham históricos de império e colonização similares e semelhanças culturais, quanto às relações econômicas e geopolíticas eles se diferem, particularmente quanto às mais acentuadas deficiências dos PP.

3.1.1 Guiné-Bissau

Com 1,9 milhões de habitantes, Guiné-Bissau mede 36.125km² numa área de baixa altitude, com o ponto mais alto em torno de 300 metros acima do nível do mar, localizada na costa ocidental da África, com fronteiras com Senegal e Guiné-Conacry. Possui vastas planícies acima do nível do mar. É coberta por savanas arbustivas, ao norte; por floresta verde e húmida, ao sul; a leste, é caracterizada pelas colinas e planaltos remontadas para as montanhas do Fouta Djalon. Seu território se divide em quatro partes: 1) Costa Atlântica, formada por estuários vastos e profundos, com margens, pântanos; 2) Arquipélago dos Bijagós, que tem uma vegetação luxuosa, coberta de praias cristalinas com grande atração turística; 3) 1.000km² de ilhas estratificadas, composta por 9.000 km² de mar e 4) 40 ilhas, das quais 20 podem ser resididos.

Guiné-Bissau tem como língua oficial o Português, porém, o mais falado é o Crioulo designado por guineenses “kriol” que teve um papel importante na formação de identidade nacional, mas se falam também Manjaco, Mandinga, Balanta, Fula, conforme os grupos

étnicos existente no país. Além da capital “Bissau” contam-se entre suas cidades mais importantes Bafatá, Gabú, Mansôa, Cantchungo e Farim.

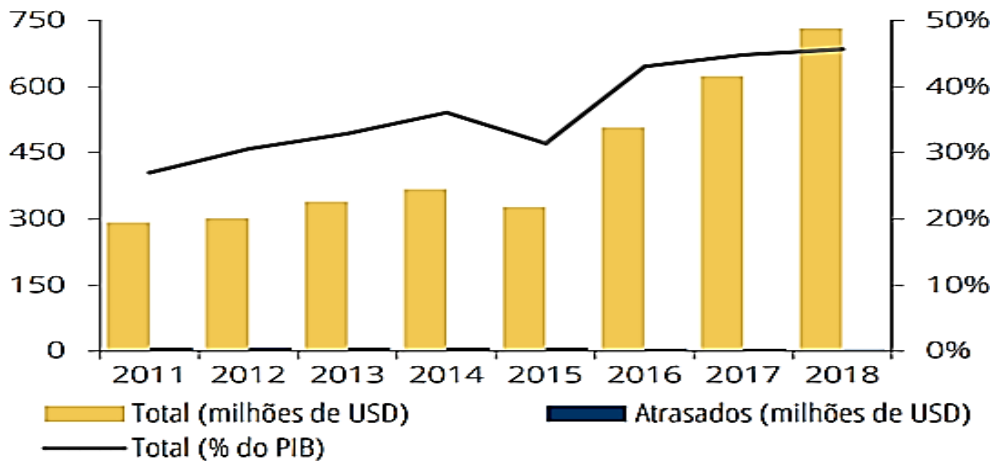
Tendo por moeda o Franco CFA, a economia do país é baseada em agricultura e pesca e as receitas do governo provém das licenças cobradas para a pescaria. Têm ricos recursos em peixes, mariscos, amendoim, semente de palma e produtos das atividades extrativas florestais, principais produtos da exportação,. A Guiné-Bissau nos últimos anos aumentou o preço do seu principal produto exportador, a castanha de caju, que hoje se encontra em sexto lugar mundial na produção em termos físicos.

Um país considerado frágil, pois a questão política é extremamente instável até aos dias de hoje. Considerando a situação econômica atual da Guiné Bissau, uma análise macroeconômica aponta déficits públicos altos, baixos salários e sucessivas desvalorização dos mesmos, consequentemente grande dificuldade em manter uma poupança própria e, por conseguinte, difícil estimulação de investimento. A dependência financeira de outros países é a maior fraqueza do setor financeiro de Guiné-Bissau; são muitas dívidas, criadas através de acordos bilaterais e multilaterais. Devido à negligencia do governo, incapacidades estratégicas e de alocação da poupança nacional, o país passou a sofrer as consequências de um acúmulos de dívidas externas.

A produção da castanha de caju é a principal força de economia Guineense. No entanto, com sua atividade econômica afetada pela redução do preço internacional deste item, instabilidade política, dificuldade em conseguir fontes de receita alternativas, nível alto de empréstimo externo, sistema bancário em déficit, esta fonte de renda do país não o torna economicamente autônomo, mas com crescimento estagnado.

O país sofreu forte pressão econômica, em 2018, queda nas exportações da castanha de caju, crescimento do PIB real desacelerado comparando com os anos 2015 e 2017, quando se esteve elevando, piora no nível das contas externas do país, balança corrente em déficit (Figura 1).

Figura 1- Dívida extensa de Guiné-Bissau – Em milhões de USD – em % do PIB

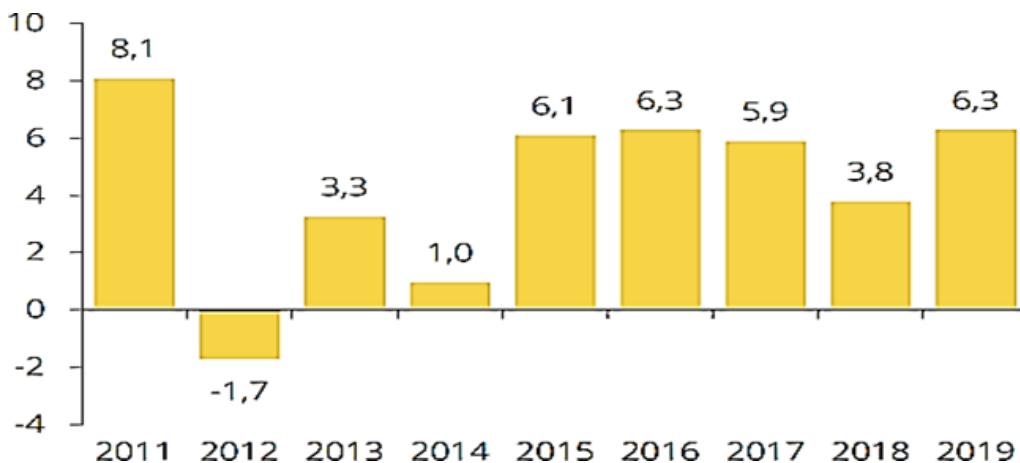


Fonte: Banco de Portugal (2019).

A Figura 2 mostra ainda assim uma evolução positiva do PIB nos últimos anos. Os dados mostram que o crescimento do PIB esteve em 3,8% neste mesmo ano de 2018, e que a taxa de crescimento anual, em contrapartida, flutuou em torno de 6% entre 2015 e 2019.

A causa da grande complexidade no crescimento econômico são as flutuações na produção do principal produto do país, seja pela condições climáticas desfavoráveis ou pelo preço de caju. A produção voltou a tomar rumo, 6,3, em 2019, apesar da instabilidade política, não chegou a afetar a produção.

Figura 2 -PIB real de Guiné-Bissau – taxa de variação anual em percentagem



Fonte: Banco de Portugal (2019).

3.1.2 Cabo Verde

Cabo Verde tem 544 milhares de habitantes em ? (ONU, 2018), com área total de 4.033km². Situa-se a 455km da Costa da África, um território composto pelas ilhas que historicamente fizeram parte de Cabo Verde são Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava, e pelos ilhéus e ilhotas. As suas ilhas se estendem por cerca de 4.033km² e são formadas por vastas rochas, como resultado de constantes erupções nas plataformas submarinas. As ilhas são compostas pelas diversidades que a natureza impôs, algumas extremamente tropicais, e outras com zonas áridas.

Cabo Verde foi “descoberto” em 1460 pelos navegadores portugueses. A ilha de Santiago favoreceu a adaptação dos europeus. Seu conjunto de ilhas converteu-se em ponto de ligação para o comércio internacional e para o tráfico de escravos entre a Europa, a África e o Brasil. É considerado país estável e reflete muita paz e tranquilidade, com foco em acordos e grandes investimentos. Sua moeda local é o Escudo CV. A agricultura de Cabo Verde sofre, contudo, problemas de seca. Por outro lado o país é rico em riquezas naturais, o que potencia a sua principal indústria, o turismo. Os produtos mais comercializados são: banana, conservas de peixe, peixe congelado, lagostas, sal e confecções.

Em 1956 foi criado o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), por Amílcar Cabral, Aritides Pereira e Luís Cabral, que comandaram a luta da libertação para a independência de ambos os países.

Em razão do movimento de independência em Cabo Verde e Guiné-Bissau ter surgido uníssono sob a liderança de Amílcar Cabral, Aritides Pereira e Luis Cabral, entende-se como mais qualificada a análise das duas independências de forma conjunta. Em 1951, quando Portugal reformou o sistema colonial, todas as colônias portuguesas se passaram a designar Províncias Ultramarinas. A luta pela independência iniciou-se em 1956, quando Amílcar Cabral formou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que se manteve relativamente pacífico até 1961, altura em que estalava a Guerra do Ultramar, declarando a província ultramarina como independente e alterando o seu nome para Guiné-Bissau (para a distinguir da vizinha República da Guiné). A Guiné foi, talvez, o conflito mais complicado para Portugal em termos bélicos e, com o decorrer da guerra, a derrota portuguesa avizinhava-se (RIZZI, 2012, p. 62).

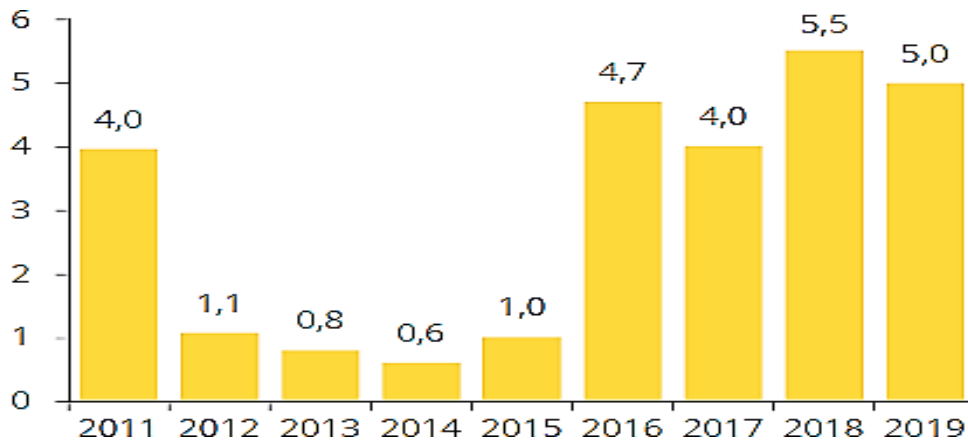
Em 19 de dezembro de 1974 o PAIGC e Portugal assinaram acordo de estabelecer um governo de transição em Cabo Verde. Em 5 de julho de 1975 prepararam as eleições para uma Assembleia Nacional Popular que proclamou a independência. Em 1991, na sequência das primeiras eleições pluripartidárias realizadas no país, foi instituída uma democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia moderna (CABO VERDE, 2007).

Durante muito tempo a estratégia de desenvolvimento passou a ter como principal objetivo a inserção dinâmica de Cabo Verde no sistema econômico mundial baseado na iniciativa privada e no maior liberalismo de mercado e, como instrumento da modificação na política e economia cabo-verdiana, implantou-se o Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) que resultou, hoje, em serias modificações essenciais na sociedade e na economia cabo-verdiana.

Conforme o Departamento de Relações Internacionais (DRI), o ano 2003 foi o melhor para Cabo Verde, com bons resultados na agricultura, diminuição da dívida pública e queda da inflação, promovendo certa estabilidade econômica, principalmente em decorrência de acordos com o Brasil. As exportações de bens e serviços, o investimento privado e o consumo privado foram os principais fatores que positivamente impulsionaram o crescimento economia cabo-verdiana, acelerasse para 5,5% o crescimento do PIB em 2018, com destaque para a administração pública, comércio e indústria transformadora, com expectativa do ritmo de crescimento de pelo menos 5,0% para 2019 por influência da balança de exportação/importação.

Em 2017 as importações aumentaram menos que as exportações de bens (38%), diminuindo o déficit comercial. As receitas de turismo atingiram 22% do PIB e as remessas de emigrantes cresceram em 7%, compensando a queda nas transferências ainda em 2017, gerando uma expectativa de crescimento do PIB de 7,7%. A desmobilização de aplicações no exterior, por parte de bancos e empresas, permitiu o aumento das reserva cambiais no total de EUR 528 milhões em 2018, cobrindo 5,5 meses de importações de bens e serviços.

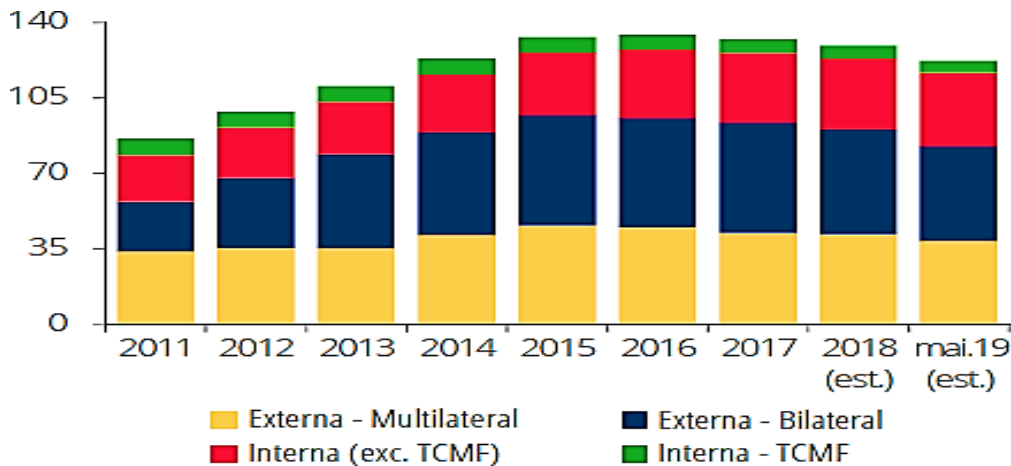
Figura 3 - PIB real de Cabo Verde – taxas de variação anual em percentagem



Fonte: Banco de Portugal (2019).

O crescimento económico acelerou em 2018, sobretudo com base na dinâmica das exportações de bens e serviços, elevando o crescimento médio nos últimos 3 anos para patamar em torno de 5% (Figura 3).

Figura 4 - dívida pública de Cabo-verde (% do PIB)



Fonte: Banco de Portugal (2019).

A dívida pública permaneceu descendo em 2018, apesar de crescer em termos nominais, e se manteve descendente em relação ao PIB que deu início em 2017, sendo sobretudo patente na componente externa (Figura 4).

3.1.3 São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe, hoje com o capital denominado São Tomé, tem a população estimada de 211 milhares de habitantes (BANCO DE PORTUGAL, 2018) e sua superfície mede 997 km², com clima equatorial, quente e úmido. O país é composto por ilhas vulcânicas, planícies, terras montanhosas e vegetação tropical, com facilidade na produção de cacau e café, por causa dos planaltos bem baixos.

Os portugueses Joao de Santarém e Pedro Escobar foram os primeiros navegadores a chegarem a ilha de São Tomé e Príncipe e Anobom, entre 1470 e 1471. As ilhas sofreram várias ameaças dos franceses, ingleses e holandeses pelo seu desenvolvimento na atividade econômica. De língua oficial português, também se fala Crioulo.. Entre os PALOP possui o menor índice de analfabetos (15%). É um país Sua precária economia ainda depende dos acordos e ações estrangeiras, porém possui riquezas naturais surpreendentes e ilhas cristalinas atrativas ao turismo.

No século XVII, muitos fazendeiros são tomenses se mudaram para o Brasil por causa da deficiência na produção de açúcar, cuja indústria declinou consideravelmente pela competição do produto brasileiro. Pouco a pouco os tucas (brancos) começaram a desabitatar as ilhas e, assim, consolidou-se a sociedade e cultura crioulas que, no que respeita à economia, é “de uma elite negra proprietária”:

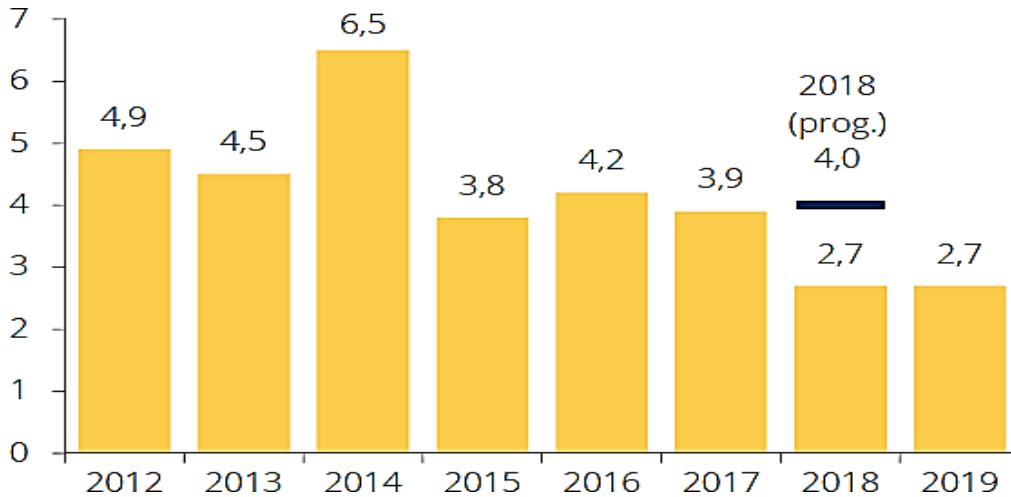
Essa sociedade crioula, forjada pela incerta colonização, é o fato que diferencia profundamente São Tomé e Príncipe da África portuguesa continental. A consolidação de uma sociedade crioula distinta, com cultura e língua própria, resultante da mistura da cultura portuguesa católica e das culturas africanas, ocorrera em função da colonização não permanente por parte da metrópole. No entanto, a presença e influência da Igreja Católica na vida são-tomense, com missões (como parte integrante da colonização iniciada por Caminha), permaneceram até o fim do século XVIII, como parte integrante da sociedade, cultura e vida política local (RIZZI, 2012, p. 72).

São Tomé e Príncipe apresenta carências em setores com influência direta sobre a formação de cidadãos como educação, saúde, emprego, renda, desenvolvimento e inclusão social. Como prioridade política, o país persegue hoje o objetivo prioritário de aproveitar sua localização estratégica para converter-se em entreposto de serviços e de comércio para a toda região do Golfo da Guiné.

A economia de São Tomé e Príncipe evidenciou algumas dificuldades em 2018. Apesar de o crescimento econômico ser positivo, foi o menor das últimas décadas, e verificou-se uma

deterioração das contas públicas. A inflação manteve a trajetória ascendente, iniciada em 2016, e o desequilíbrio das contas externas provocou uma redução das reservas cambiais. Merece registro positivo a manutenção do crescimento do turismo e a resiliência das exportações de cacau, confrontadas com uma baixa dos preços internacionais (BANCO DE PORTUGAL, 2019).

Figura 5 - PIB real de São Tomé e Príncipe – taxa de variação anual em percentagem

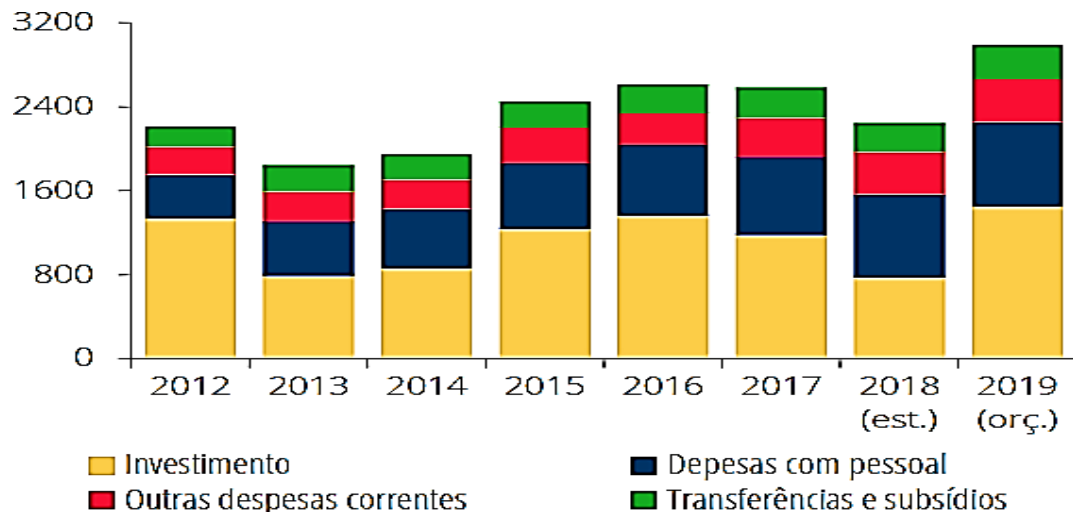


Fonte: Banco de Portugal (2019).

Verificou-se em 2018 uma queda de 2,7% do PIB, depois de longos anos que o país esteve em um patamar de crescimento econômico positivo de aproximadamente 4% (Figura 5). Os principais motivos foram a política orçamentária, a escassez de recursos financeiros para a prossecução de projetos de investimento públicos e privados, muito embora conste que o:

[...] programa de ajustamento acordado com o FMI para o período de 2015 a 2018 pressupunha a condução de uma política orçamental prudente, visando a progressiva correção dos desequilíbrios das contas públicas. Esse esforço de consolidação foi prosseguido até 2017, mas no último ano verificou-se uma derrapagem: as despesas com pessoal e em aquisição de bens e serviços ultrapassaram os valores orçamentados, enquanto as receitas fiscais ficaram abaixo dos valores previstos. O défice primário interno (a principal referência desta política) agravou-se de 2,4% para 4,1% do PIB em 2018, face à meta acordada de 1,3%. O orçamento de 2019 (e a meta do programa do FMI) pressupõe uma significativa redução deste défice (BANCO DE PORTUGAL, 2019, p. 44).

Figura 6 - Despesas públicas de São Tomé e Príncipe (milhões de dobras)



Fonte: Banco de Portugal (2019).

Os dados da Figura apresentam as dificuldades na captação de recursos externos que motivaram uma queda no investimento público em 2018. Em períodos eleitorais, o esperado é um aumento nas despesas correntes, como ocorre em outros países.

4 POLITICA EXTERNA BRASILEIRA VOLTADA AOS PALOP

Os apoios brasileiros aos PALOP se intensificaram no início de 2003, durante governo Lula, com divisões de atividades não só no Atlântico, mas em toda África, em áreas como saúde (tratamento da malária, AIDS, treinamento e especialização em diferentes terapias, atualmente presentes nos PALOP, Senegal e Gana) e recrutamento de estudantes, em colaboração com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que, com a construção de um centro de reabilitação, representou um salto formativo positivo, inclusive nos PALOP (VISENTINI, 2019, p. 24).

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi criada em 1985 e está ligada ao Ministério de Relações Exteriores (MRE), em função dela, “a promoção do desenvolvimento por meio da cooperação internacional passou a englobar parte das agendas políticas do Brasil” (FERNANDEZ, 2018, p. 22). Nesse contexto destacou-se mais a promoção da cultura, que engloba os Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG), em vigor desde 2016. Este tem sido um “conjunto das interações entre os países em desenvolvimento destinadas especificamente para a promoção do desenvolvimento social, econômico e políticos desses países” (VERSIEUX, CAMPOS, 2015, p. 4 apud FERNANDES 2018, p.40).

Um dos elementos-chave do desenvolvimento social com base na cooperação econômica são os investimentos em educação de alta qualidade, em níveis técnico, superior e de pós-graduação. Neste sentido, desde 1965, foi lançado no Brasil o Protocolo do PEC-G que, desde 2013, é regido pelo Decreto Presidencial n. 7.948, que lhe fortaleceu juridicamente e já beneficiou 25 países da África, 25 das Américas e 9 da Ásia (MRE-MEC, 2020), ofertando vagas em diversos cursos, com destaque para os de Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia segundo os dados de Ministerio de Relaçoe Exeriores em 2020.

Quadro 2 - Discentes Selecionados da África

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL	
África do Sul																		1	1		2	
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	7	11	12	2	753	
Argélia																2					2	
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	40	71	44	93	487	
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	64	62	58	52	3169	
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	5	7	2	4	53	
Costa do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	5	5	8	15	57	
Gabão		11		2	1	1	3	4							3	4	3	2	10	16	60	
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	36	65	58	19	286	
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				7	15	33	25	1416	
Guiné Equatorial																					27	27
Marrocos																		1		2	3	
Mali							2													1	3	
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	1	3	2	8	229	
Namíbia	1	1														6	65		1		74	
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2		2	1	4	177	
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	3	4	1		89	
República Dem. do Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	29	46	37	25	552	
República do Congo													4	6	4	2	4	6			30	56
São Tomé e Príncipe			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	9	12	2	7	388	
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	3	10	7	7	64	
Togo												4	11	8	3	6	6	2	3	1	44	
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	376	444	255	339	357	287	325	281	337	7991	

Fonte: MRE-MEC (2020).

Com o objetivo educar futuros formadores de opinião e potenciais líderes, entre 2000 e 2015 foram selecionados, pelo PEC-PG, 6.761 alunos de países africanos (77% do total de alunos estrangeiros); com maior contingente de Cabo Verde (2.933 alunos). O PEC-PG, exemplo de cooperação Sul-Sul, completou 34 anos, em 2015, e seus ex-alunos ocupam atualmente altos cargos em seus países de origem, com destaque para o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, além de Ministros de Estado em Moçambique e Guiné-Bissau (JORGE, 2015, p. 56 apud MALAQUIAS, FELIPE CABRAL, 2017, p. 12). Revisem-se alguns números destas cooperações:

Os países africanos da língua portuguesa (PALOP) receberam recursos em cooperação técnica para o desenvolvimento em diversos setores durante o governo Lula. Cabo Verde foi o país onde a maior parte desses gastos foi aplicada, no total de R\$ 15.758.050, o equivalente a 24,4%. E em seguida vem a Guiné-Bissau com R\$ 13.736.411, correspondendo a 21,2%; e Moçambique, a terceira maior parcela do valor, com R\$ 8.625.830, ou seja, 13,3%. São Tomé e Príncipe e Angola foram os países com a menor participação, recebendo R\$ 6.709.641, o correspondente a 10,4% e a R\$ 4.652.166, ou 7,2%, respectivamente. (FERNANDES, 2018, p. 41).

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é um dos notáveis resultados de acordos de cooperação Sul-Sul (MALOMALO, 2015, p. 5). O princípio de solidariedade, durante a reformulação da diplomacia brasileira, de 1995 até os

sucessivos mandatos de Lula (2003-2010), tornou-se um conceito basilar da cooperação Sul-Sul, com uma conotação normativa, i.e., jurídica e ética.

A UNILAB nasceu no contexto de redefinição da política externa brasileira pelos governos Lula, com ênfase na cooperação Sul-Sul fundamentada no princípio da solidariedade. Esse é, ao mesmo tempo, o contexto do crescimento econômico do continente africano, de que Lula buscou aproximar-se, cada vez mais, não somente dos PALOP (MALOMALO, 2015, p. 3), como se depreende do discurso do presidente Lula proferido em 26 de janeiro de 2010, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (MALOMALO, 2015, p. 6):

O Brasil hoje tem uma política voltada para a África, que eu penso que nós nunca tivemos em 500 anos de história do Brasil. Antigamente, os governantes brasileiros olhavam para a Europa, fingiam que o continente africano era apenas uma mancha no meio do planeta, e fingiam que ali não existiam quase 700 milhões de seres humanos, parte deles que ajudaram a construir a nossa cor, a nossa cultura, a nossa gente. E, portanto, o Brasil precisa, o Brasil precisa porque não é uma dívida paga em dinheiro. É uma dívida paga em solidariedade, em gesto (LULA. Discurso, 26/01/2010).

Nos dois mandatos de Lula ficou explícita a abrangência da cooperação Sul-Sul como instrumento de crescimento social, particularmente em educação, mas também da cooperação Norte-Sul e projetos de triangulação, com proveitos multilaterais através de trocas de informações e tecnologias (ALVES, 2015), experiências divididas (RIZZI, 2012, p. 216; LOPES, 2010; MOREIRA, 2009), sendo importante ressaltar os aspectos político-ideológicos, de caráter interno e global:

No caso dos países africanos e especialmente nos pequenos PALOP, inserem-se escolhas e projetos de qualificação de quadros nacionais forjados nos campos ideológicos internos aos países em formação, mas que também dizem respeito ao embate das forças políticas de diferentes momentos no âmbito internacional. (RIZZI, 2012, p. 216).

4.1 A COOPERAÇÃO BRASIL – GUINÉ-BISSAU

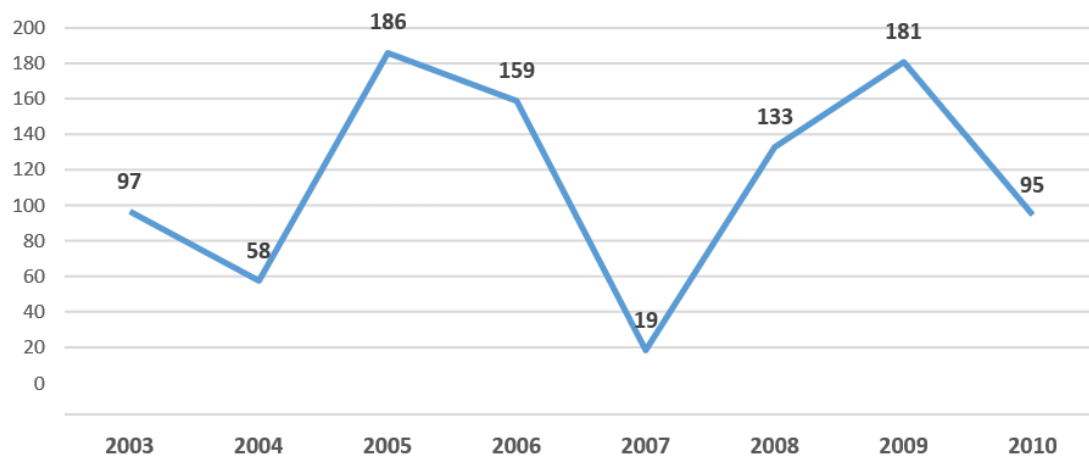
Durante o período de 2003 a 2010 foram feitas várias correspondências Brasil e Guiné-Bissau, começando pelo discurso do presidente Lula numa visita à Bissau em 13 de Abril de 2005. Primeiramente o chanceler Celso Amorim esteve em Guiné-Bissau preparando a visita do presidente ao país, no época, se encontrou com presidente de transição Henrique Pereira Rosa com o seu Primeiro Carlos Gomes Júnior, acompanhado do Sr. Soares Sambu, o Ministro dos Negócios Estrangeiro. O presidente Lula no seu discurso:

Eu que muitas vezes é mais fácil nós dizermos ao mundo que somos pobres por causa dos outros. Muitas vezes é mais fácil a gente afirmar que não progrediu ou não cresceu por causa de algum inimigo externo, por causa de algum problema em outro país. E nós nunca [...] discutimos quais os erros que nós cometemos e o que precisamos fazer para que a gente deposite na consciência da nossa gente a confiança de que, a partir da ação de cada um, a gente pode ir construindo, nos nossos países, um modelo de desenvolvimento sustentável, com a economia crescendo, porquesomente assim é que a gente vai fazer a distribuição de renda, e somente assim é que a gente vai produzir riquezas. Nós entendemos que a relação do Brasil com [a] Guiné-Bissau, a relação do Brasil com o continente africano, pode ajudar e muito, não apenas [a] Guiné-Bissau, os países da África, mas pode ajudar o Brasil. (SILVA, 2005, pág. 98 apud RIZZI, 2012, p. 233).

Em março de 2006, Antônio Isaac Monteiro, Ministro dos Negócios Estrangeiro guineense, esteve no Brasil a trabalho. E, em 2007, o então presidente da República, Nino Vieira, visitou Brasil com objetivo de consolidar as relações bilaterais, quando “foi o reiterado apoio guineense à candidatura do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando de sua reforma”. Por outro lado, o presidente Brasileiro confirmou a intenção de relevar a dívida de Guiné-Bissau (RIZZI, 2021, p. 236).

Em relação à formação profissional, foram assinados acordos com objetivo de implementar, em 2002, o Centro de Formação e Promoção Social de Bissau, na intenção de preparar jovens e adultos a fim de servir o próprio país em relação a geração de renda. Por outro lado, aumentam os números de estudantes ingressados nas universidades brasileiras principalmente em 2005 e 2009. Porém registrou-se uma queda, em 2004 e 2007, no ingresso talvez pelo motivo de não aproveitamento de vagas disponibilizadas pelo governo brasileiro (Figura 7).

Figura 7 - Estudantes Guineenses no Brasil (PEC-G)



Fonte: Elaborado pela autora com dados do MRE-MEC (2020).

No final de 2011 o programa bilateral com a Guiné-Bissau foram feitos oito projetos bilaterais em execução nas seguintes: da Formação Profissional, Agricultura, Inclusão Social e Direitos Humanos. E ainda o programa trilateral foi composto por cinco projetos em execução nas áreas de segurança pública e educação.

Seguindo mesma linha de investimento e acordos do Brasil e Guiné-Bissau, em 2011 pelas notas de ABC⁶ (Agência Brasileira de Cooperação) mostra que foi assinado o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau com objetivo de implantação e implementação de unidade de processamento do pedúnculo do caju e também frutas tropicais e ainda analisando outros três projetos, seja, dois na área de saúde e um na área de agricultura.

4.2 A COOPERAÇÃO BRASIL – CABO-VERDE

Em dezembro de 2004, visitou Praia o Ministro da Cultura brasileiro, Gilberto Gil e, em janeiro de 2005, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, também visitou Praia e se reuniu com os Ministros de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, bem como com o Primeiro-Ministro, com o Ministro de Infraestruturas e Transportes, com empresários locais, assinando acordos sobre atividades remuneradas do pessoal diplomático, ajustes complementares referentes à III Fase ao Projeto de Alfabetização Solidária, bem como a II Fase do Programa de Cooperação em HIV-AIDS e do Programa sobre educação superior e ciência Nota nº 16 (MRE, 2005 apud RIZZI, 2012, p. 221).

Desde 08 de dezembro de 2001, a ligação aérea Brasil-Cabo Verde voltou a existir, através do voo Ilha do Sal-Fortaleza, operacionalizado pela empresa estatal Cabo Verde Airlines (TACV), aos domingos. Esse fato fez, gradualmente, que o estado do Ceará passasse de 6º para 2º lugar nas exportações por unidades federativas (atrás apenas de São Paulo). Como exemplo, em 1996, as exportações cearenses a Cabo Verde representavam US\$55 mil; em 2003, US\$568mil; em 2008, esse valor chegou a ultrapassar US\$10 milhões. A primeira linha marítima da Atlantic Shipping interligando o Porto de Suape (PE) a Praia (e Boston), começou a operar em setembro de 2006 (PORTO, 2006 apud RIZZI, 2012, p. 229).

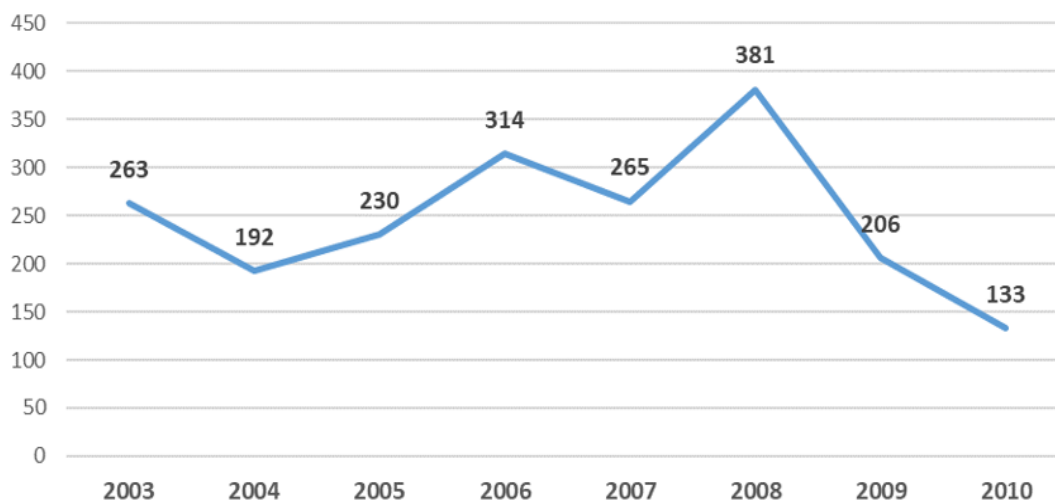
Nota-se que a reaproximação do Brasil com Cabo Verde nestes anos não se limitou aos contextos políticos, diplomáticos e culturais (MILANI, 2016) , pois as “relações comerciais entre os dois Estados foram marcadas por um intenso crescimento” (FERNANDES, 2018, p. 33).

Um dos pontos de referência para a compreensão das recentes relações entre Brasil e Cabo Verde é o comunicado conjunto feito pelo presidente Lula e o Primeiro Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, na sua visita ao Brasil em 21 a 23 de agosto de 2005, afirmando oportunidades crescentes no comércio cabo-verdiano, em benefício mútuo, com o apoio de empresários dos dois países, seja por meio de planos de exploração do arquipélago cabo-verdiano, seja pela inserção de produtos brasileiros no país (COMUNICADO, 2005c, p. 263 apud RIZZI 2012, p. 221).

No contexto da cooperação técnica, o Brasil capacitou cinco mil médicos, eletricitistas, pedreiros, bombeiros hidráulicos, serralheiros, servidores públicos, engenheiros agrônomos e outros cabo-verdianos de 2006 a 2011. Com isso, em 2007 Cabo Verde ocupava o primeiro lugar em volume de investimento da ABC dentre os países africanos com a cooperação técnica brasileira. Em 2010, encontra-se em quarto lugar, atrás de Moçambique, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau.

A cooperação educacional se intensificou no sentido de cooperação ofertada *in loco* e também no aumento do número de ingressantes no sistema educacional brasileiro, por meio de PEC-G e PEC-PG. O Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países, para Implementação do Projeto —Apoio à Implantação da Universidade de Cabo Verde e ao desenvolvimento do Ensino Superiorl, assinado em junho de 2006, apoiou a criação da Universidade Pública de Cabo Verde e contou com a participação do Ministério da Educação brasileiro, através de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 13 de março de 2006, foi assinado entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) um Termo de Cooperação Técnica, que criou o Centro de Estudos Brasil-Cabo Verde. Também foi efetivado em 2009 acordo entre a Uni-CV e a UFC (UNI-CV, 2009 apud RIZZI, 2012, p. 228).

Figura 8 - Estudantes Caboverdianos no Brasil – PEC -G



Fonte: Elaborado pela autora com dados de MRE-MEC (2020).

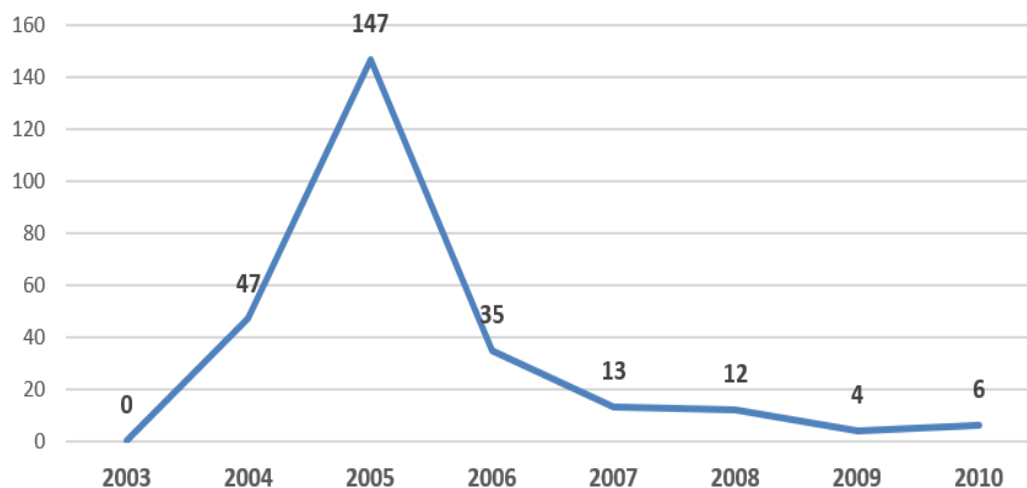
A Figura 8 mostra o fluxo de entrada de estudantes de PEC-G no Brasil, principalmente em 2008, cabendo observar que, a esta altura, “o arquipélago possui apenas uma instituição de ensino superior, ainda em fase de implantação”. (RIZZI, 2012, p. 229).

4.3 COOPERAÇÃO BRASIL – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (2020, p.1) a cooperação técnica brasileira com São Tomé e Príncipe, conseguiu resultados positivos em “minutas de leis e levantamento de dados destinados à elaboração de políticas públicas, instituições fortalecidas pela formação e capacitação do quadro técnico, suporte na aquisição de equipamentos e melhorias na infraestrutura e internalização de políticas públicas na área da educação. Nesta área de educação, a Figura 9 os mostra uma alta considerável de estudantes são-tomeense ingressados nas universidades brasileiras em 2004-2005 e uma queda em 2006-2007, até o volume de apenas 04 (quatro) pessoas em 2009, em consequência do aprofundamento pelo conflito interno do país, afetando as ações cooperativas educacionais.

Pode-se, assim, citar como exemplo a cooperação em formação diplomática (iniciada na década de 1990, a partir de quando o país africano passou a enviar ao Brasil, em maior ou menor número, um estudante para cursar o Instituto Rio Branco), sendo que no ano de 2009, o governo são-tomeense chegou a desistir da vaga por falta de candidatos (a vaga foi preenchida por que a representação brasileira em São Tomé sugeriu nomes com curso superior concluído no Brasil). (RIZZI, 2012, p. 252).

Figura 9 - Estudantes Sãotomense no Brasil – PEC-G



Fonte: Elaborado pela autora com dado de MRE-MEC (2020).

5 RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-PALOP (2003-2010)

Em termos de comércio globalizado as possibilidades abertas à política econômica africana multiplicam-se, principalmente nos países que registraram mudanças positivas nas suas economias e respectivas estruturas política e social. Além da adoção de regimes políticos democráticos, observa-se a implementação de políticas econômicas de priorização da estabilidade macroeconômica, consideradas essenciais para o desenvolvimento sustentado; e, ao mesmo tempo, redefinem-se as estratégias de industrialização, que não se realizam pela substituição de importações, mas, antes, pela integração das respectivas economias aos fluxos internacionais de comércio e investimento (RIBEIRO, 2009, p.191).

No entanto, uma enorme diferença se observa entre as relações comerciais do Brasil com os GP dos PALOP (Angola e Moçambique) e os PP. O ano de 2010 foi um pico da cooperação brasileira com os PALOP (BRASIL, 2010; CARRILO, SILVA, 2015, p. 158). Se as relações comerciais do Brasil com os Grandes PALOP se intensificaram durante o Governo Lula, o mesmo não se verificou com os países africanos de menor dimensão. A tabela 1 indica a participação de Guiné-Bissau, dividida pelo resto do mundo, na pauta de exportações mais importações do Brasil no período 2003-2010 em dólares norte-americanos:

Tabela 1 - Participação de Guine-Bissau na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010

Ano	Total de Import+Export US\$	Brasil & Mundo (Exp+Imp) US\$	Participação %
2003	0	121.528.788.705	0
2004	0	159.513.114.395	0
2005	0	192.129.560.571	0
2006	3.774.062	229.158.310.336	1,64692E-05
2007	0	281.266.519.080	0
2008	0	370.927.210.523	0
2009	11.694.861	280.717.085.793	4,16607E-05
2010	0	383.683.712.773	0

Fonte: Fernandes (2018, dados do MDIC).

Entre 2003 a 2005, também como 2007, 2008 e 2010 a participação é zero. Em 2006 e 2009 foi registrada US\$ 3.774.062, US\$ 11.694.861 das exportações e importações com Brasil. Podemos então concluir que as trocas comerciais entre os dois países neste período foram quase inexistentes. A Tabela 2 indica a participação de Cabo-Verde, dividida pelo resto do mundo, na pauta de exportações + importações do Brasil no período 2003-2010:

Tabela 2 - Participação de Cabo Verde na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010

Ano	Total de Import+Export US\$	Brasil & Mundo (Exp+Imp) US\$	Participação %
2003	9.013.092	121.528.788.705	7,41643E-05
2004	16.770.891	159.513.114.395	0,000105138
2005	24.042.824	192.129.560.571	0,000125139
2006	28.123.808	229.158.310.336	0,000122727
2007	36.112.012	281.266.519.080	0,000128391
2008	39.667.464	370.927.210.523	0,000106941
2009	29.657.898	280.717.085.793	0,00010565
2010	27.308.363	383.683.712.773	7,11742E-05

Fonte: Fernandes (2018, dados do MDIC).

As exportações e importações do Cabo Verde com Brasil foram de US\$ 9.013.092, em 2003, depois disso teve melhora principalmente em 2008, US\$ 39.667.464. Ao contrário do caso da Guiné-Bissau, houve aqui uma intensificação das trocas comerciais entre os dois países. Isso influenciou a participação cabo-verdiana no fluxo comercial com o Brasil, que aumentou até 2007, registrando uma pequena quebra nos anos posteriores, provavelmente devido aos efeitos da crise financeira internacional.

No caso de São Tomé e Príncipe, a Tabela 4 indica a participação de São Tomé e Príncipe, dividida pelo resto do mundo, na pauta de exportações mais importações do Brasil no período 2003-2010:

Tabela 3 - Participação de São Tomé e Príncipe na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010

Ano	Total de Import+Export US\$	Brasil & Mundo (Exp+Imp) US\$	Participação %
2003	387.852	121.528.788.705	3,19144E-06
2004	789.257	159.513.114.395	4,94791E-06
2005	830.324	192.129.560.571	4,32169E-06
2006	794.635	229.158.310.336	3,46762E-06
2007	0	281.266.519.080	0
2008	1.212.589	370.927.210.523	3,26908E-06
2009	0	280.717.085.793	0
2010	0	383.683.712.773	0

Fonte: Fernandes (2018, dados do MDIC).

De acordo com os dados de Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em 2007, 2009 e 2010 está zerada, porém, com a maior alta em 2008 de US\$ 1.212.589 da soma de exportação e importação São-tomense com Brasil, provavelmente pelo resultado de forte proximidade dos dois países desde início do mandato do Lula. No entanto, este esforço não parece ter sido sustentável no tempo, dado o desaparecimento deste comércio no período de crise financeira internacional. indica a participação dos GP e do PP, dividida pelo resto do mundo, na pauta de exportações + importações do Brasil, no período 2003-2010.

Quadro 3 - Brasil – Evolução do total das importações mais exportações com os PALOP no período de 2003 a 2010

ANO	ANG (a)	MOÇ (b)	CV (c)	STP (d)	GB (e)	PALOP	BRASIL & MUNDO	PARTICIPAÇÃO
2003	243,021,070	14,945,358	9,013,092	387,852	0	267367372	121,528,788,705	0.0022
2004	360,731,434	23,324,849	16,770,891	789,257	0	401616431	159,513,114,395	0.0025
2005	521,447,100	28,265,779	24,042,824	830,324	0	574586027	192,129,560,571	0.0030
2006	1,297,278,268	35,228,304	28,123,808	794,635	3,774,062	1365199077	229,158,310,336	0.0060
2007	2,164,567,853	27,300,216	36,112,012	0	0	2227980081	281,266,519,080	0.0080
2008	4,211,002,704	32,389,150	39,667,464	1,212,589	0	4284271907	370,927,210,523	0.0115
2009	1,470,768,714	110,240,880	29,657,898	0	11,694,861	1622362353	280,717,085,793	0.0058
2010	1,441,573,704	42,380,333	27,308,363	0	0	1511262400	383,683,712,773	0.0040

ANG = Angola

(a)MOÇ = Moçambique

(b) CV = Cabo Verde

(c)STP = São Tomé e Príncipe

(d) GB = Guiné-Bissau

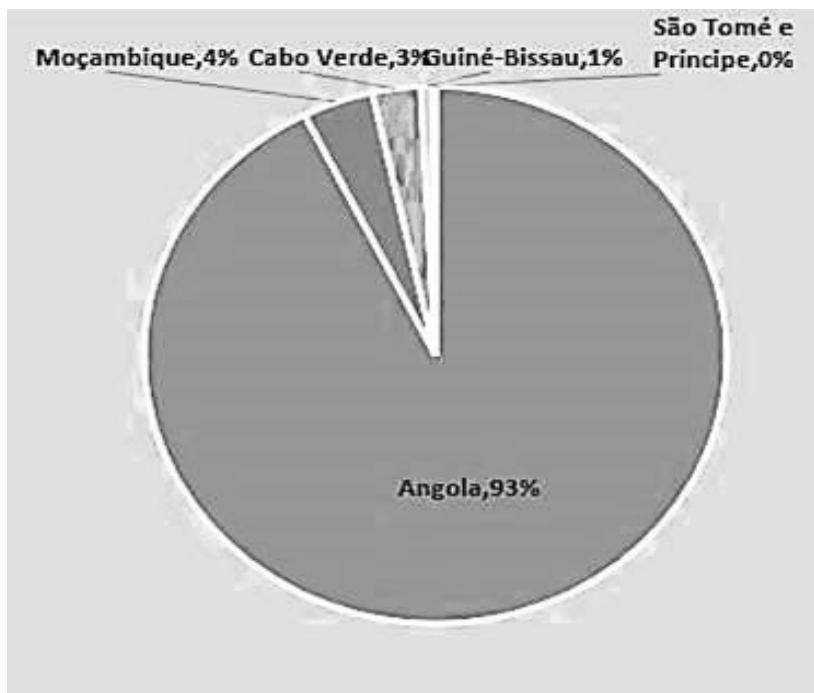
(e)PALOP = a + b + c + d + e

PARTICIPAÇÃO = PALOP/Brasil & Mundo

Fonte: Fernandes (2018, dados do MDIC).

Após uma breve estabilidade, alcançada entre 2006 e 2007, verificou-se um crescimento significativo das trocas comerciais com estes países. O principal produto exportado para os PP são básicos e manufaturados, como açúcar refinado, arroz em grãos, carnes congeladas etc. Há uma representação da participação percentual dos membros do GP e PP nas transações com o Brasil.

Figura 10 - Soma dos valores agregados exportados do Brasil para PALOP 2003 A 2010



Fonte: Elaborado pela autora através dos dados do (MDIC).

Existe uma grande diferença das transações comerciais entre Angola e Brasil com relação aos restantes PALOP. Angola é o maior parceiro comercial . Só em 2003 a soma de exportação e importação foi de US\$ 243.021.070. O Brasil é considerado um dos principais parceiros de importação angolana.

Consta que “o governo Lula da Silva reforçou as relações comerciais com a Angola em diferentes setores e as importações e exportações angolanas com o Brasil aumentaram significativamente” (FERNANDES, 2018, p. 27) e, mais especificamente, que nos últimos anos do governo Lula a corrente de comércio bilateral cresceu em mais de vinte vezes, principalmente para Angola, que se tornou um dos principais parceiros comerciais do Brasil, com muitas empresas brasileiras de construção civil com escritório em Luanda. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comercio (MDIC) mostram que os produtos exportados para Angola são em maioria bens básicos e manufaturados como açúcar, carnes de bovino e frango congeladas, que teve sua evolução em 2003 a 2008, atingindo US\$ 1,7 bilhão, porém sofreu uma queda em 2010 de US\$ 8,5 milhão por valor FOB (US\$).

Consta que “o governo Lula da Silva reforçou as relações comerciais com a Angola em diferentes setores e as importações e exportações angolanas com o Brasil aumentaram significativamente” (FERNANDES, 2018, p. 27) e, mais especificamente, que nos últimos anos do governo Lula a corrente de comércio bilateral cresceu em mais de vinte vezes, principalmente para Angola, que se tornou um dos principais parceiros comerciais do Brasil, com muitas empresas brasileiras de construção civil com escritório em Luanda. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comercio (MDIC) mostram que os produtos exportados para Angola são em maioria bens básicos e manufaturados como açúcar, carnes de bovino e frango congeladas, que teve sua evolução em 2003 a 2008, atingindo US\$ 1,7 bilhão, porém sofreu uma queda em 2010 de US\$ 8,5 milhão por valor FOB (US\$).

A Tabela 4 indica o aumento do comércio entre estes dois países, mostrando participação de Angola, dividida pelo resto do mundo, na pauta de exportações + importações do Brasil no período 2003-2010:

Tabela 4 - Participação de Angola na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010

Ano	Total de Import+Export US\$	Brasil & Mundo (Imp+Exprt) US\$	Participação %
2003	243.021.070	121.528.788.705	0,0019
2004	360.731.434	159.513.114.395	0,0022
2005	521.447.100	192.129.560.571	0,0027
2006	1.297.278.268	229.158.310.336	0,0056
2007	2.164.567.853	281.266.519.080	0,0076
2008	4.211.002.704	370.927.210.523	0,011
2009	1.470.768.714	280.717.085.793	0,0052
2010	1.441.573.704	383.683.712.773	0,0037

Fonte: Fernandes (2018, dados do MDIC).

Já Moçambique mostra também diversas atuações brasileiras que abrangem setores como energia, mineração e infraestrutura, no entanto, tende a crescer conforme relatório do Itamaraty (2020).

O volume de negócios entre o Brasil e alguns países africanos – especialmente Angola, Moçambique e África do Sul – vem crescendo tanto que esse mercado é hoje o quarto mais importante para os produtos brasileiros, principalmente industrializados. Máquinas, automóveis, eletrodomésticos e alimentos enlatados compõem 80% da pauta de exportações brasileiras para estes países. (ROSSO, RIBEIRO, 2015, apud CAU, 2011, p. 71).

A Tabela 5 indica a participação de Moçambique, dividida pelo resto do mundo, na pauta de exportações + importações do Brasil no período 2003-2010:

Tabela 5 - Participação de Moçambique na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010

Ano	Total de Import+Export US\$	Brasil & Mundo (Exp+Imp) US\$	Participação %
2003	14.945.358	121.528.788.705	0,000122978
2004	23.324.849	159.513.114.395	0,000146225
2005	28.265.779	192.129.560.571	0,000147118
2006	35.228.304	229.158.310.336	0,000153729
2007	27.300.216	281.266.519.080	9,70617E-05
2008	32.389.150	370.927.210.523	8,73194E-05
2009	110.240.880	280.717.085.793	0,000392712
2010	42.380.333	383.683.712.773	0,000110456

Fonte: Fernandes (2018, dados do MDIC).

O aumento da participação de Moçambique no comércio brasileiro é notável, logo em 2003 as somas das exportações e importações passaram de US\$ 14 milhões para US\$ 23 milhões e vem aumentando, principalmente nos últimos três anos de mandato de Lula. Em 2009 a soma das transações moçambicana com Brasil registraram US\$ 110.240.880.

5.1 AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM OS PEQUENOS PALOP

Se as relações comerciais do Brasil com os Grandes PALOP se intensificaram durante o Governo Lula, o mesmo não se verificou com os países africanos de menor dimensão. A tabela 6 indica a participação de Guiné-Bissau, dividida pelo resto do mundo, na pauta de exportações + importações do Brasil no período 2003-2010 em dólares norte-americanos:

Tabela 6 - Participação de Guiné-Bissau na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010

Ano	Total de Import+Export US\$	Brasil & Mundo (Exp+Imp) US\$	Participação %
2003	0	121.528.788.705	0
2004	0	159.513.114.395	0
2005	0	192.129.560.571	0
2006	3.774.062	229.158.310.336	1,64692E-05
2007	0	281.266.519.080	0
2008	0	370.927.210.523	0
2009	11.694.861	280.717.085.793	4,16607E-05
2010	0	383.683.712.773	0

Fonte: Fernandes (2018, dados do MDIC).

Entre 2003 a 2005, também como 2007, 2008 e 2010 a participação é zero. Em 2006 e 2009 foi registrada US\$ 3.774.062, US\$ 11.694.861 das exportações e importações com Brasil. Podemos então concluir que as trocas comerciais entre os dois países neste período foram quase inexistentes. A Tabela 7 indica a participação de Cabo-Verde, dividida pelo resto do mundo, na pauta de exportações + importações do Brasil no período 2003-2010:

Tabela 7 - Participação de Cabo Verde na pauta de exportações e importações brasileira em 2003 a 2010

Ano	Total de Import+Export US\$	Brasil & Mundo (Exp+Imp) US\$	Participação %
2003	9.013.092	121.528.788.705	7,41643E-05
2004	16.770.891	159.513.114.395	0,000105138
2005	24.042.824	192.129.560.571	0,000125139
2006	28.123.808	229.158.310.336	0,000122727
2007	36.112.012	281.266.519.080	0,000128391
2008	39.667.464	370.927.210.523	0,000106941
2009	29.657.898	280.717.085.793	0,00010565
2010	27.308.363	383.683.712.773	7,11742E-05

Fonte: Fernandes (2018, dados do MDIC).

As exportações e importações do Cabo-verde com Brasil foram de US\$ 9.013.092 em 2003, depois disso teve melhora principalmente em 2008, US\$ 39.667.464. Ao contrário do caso da Guiné-Bissau, houve aqui uma intensificação das trocas comerciais entre os dois países. Isso influenciou a participação cabo-verdiana no fluxo comercial com o Brasil, que

aumentou até 2007, registrando uma pequena quebra nos anos posteriores, provavelmente devido aos efeitos da crise financeira internacional.

No caso de São Tomé e Príncipe, a Tabela 8 indica a participação de São Tomé e Príncipe, dividida pelo resto do mundo, na pauta de exportações + importações do Brasil no período 2003-2010:

Tabela 8 - Participação de São Tomé e Príncipe de exportação e importação brasileira em 2003 a 2010

Ano	Total de Import+Export US\$	Brasil & Mundo (Exp+Imp) US\$	Participação %
2003	387.852	121.528.788.705	3,19144E-06
2004	789.257	159.513.114.395	4,94791E-06
2005	830.324	192.129.560.571	4,32169E-06
2006	794.635	229.158.310.336	3,46762E-06
2007	0	281.266.519.080	0
2008	1.212.589	370.927.210.523	3,26908E-06
2009	0	280.717.085.793	0
2010	0	383.683.712.773	0

Fonte: Fernandes (2018, dados do MDIC).

De acordo com os dados de Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em 2007, 2009 e 2010 está zerada, porém, com a maior alta em 2008 de US\$ 1.212.589 da soma de exportação e importação São-tomense com Brasil, provavelmente pelo resultado de forte proximidade dos dois países desde início do mandato do Lula. No entanto, este esforço não parece ter sido sustentável no tempo, dado o desaparecimento deste comércio no período de crise financeira internacional. Pelos acordos de exportação de petróleo, Angola vem se saindo bem no crescimento econômico. Além de que, em quase toda sua costa marítima esta banhada de jazidas de petróleo exportações angolana inclui produtos como diamantes, madeiras, petróleo, peixes ,café, sisal, algodão e minerais vários, os importados são equipamentos elétricos, viaturas, bebidas e vegetais. Cerca de 45% do território moçambicano tem potencial para agricultura, porém 80% dela é de subsistência e há extração de madeira das florestas nativas. Seus produtos exportados são: alumínio, camarão, castanha de caju, algodão, açúcar, cítricos, madeira, eletricidade. E os importados são máquinas e equipamentos, veículos, combustíveis, produtos químicos, produtos de metal, produtos alimentícios, têxteis. A economia legal da Guiné-Bissau depende principalmente da agropecuária e da pesca, mas o

tráfico de drogas é provavelmente o tipo de comércio mais lucrativo. O país exporta peixe, camarão, castanha de caju, amendoim, palmito, madeira serrada. Por outro lado, importa alimentos, máquinas e equipamentos de transporte, derivados de petróleo, tendo Brasil como um dos principais parceiros de importação.

Considerado irmão da Guiné-Bissau, Cabo Verde sofre com a escassez de recursos naturais. Apesar de quase 70% da população viver na zona rural, a agricultura e a pecuária são pouco desenvolvidas e têm pequena participação no PIB. Os produtos exportados são combustíveis, calçados, roupas, peixe e peles. Importa alimentos, produtos industriais, equipamentos de transporte, combustíveis. O país tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio em julho de 2008.

São Tomé e Príncipe aposta no turismo para o seu desenvolvimento, mas a recente descoberta de jazidas de petróleo nas suas águas abriu novas perspectivas para o futuro. O país exporta cacau, copra, café e óleo de palma. Importa alimentos, equipamentos eléctricos e produtos de petróleo.

6 CONCLUSÃO

A estabilidade política é fundamental para desenvolvimento digno de uma “Nação”. Os pequenos PALOP com infindáveis problemas internos que impacta na economia, criou uma deficiência crônica estorvando o crescimento. No entanto no que se refere às relações comerciais, não teve grandes reflexo na economia, comparando com “relações políticas e sociais”. Dessa forma, tornou complexa a pesquisa tanto que senti obrigada a destacar mais a fase em que o Brasil teve maior significância nos Estados de PALOP, inclusive nos pequenos PALOP onde mais se visibilizou os resultados de ações cooperativas e acordos comerciais.

A relação do Brasil com os PALOP se intensificou de 2003 a 2010, principalmente para Angola e Moçambique. Nos pequenos PALOP, os ricos e pequenos territórios com seus complexos conflitos políticos internos, já mais deixaram de ser Estados independentes de partido único, porem que infelizmente sofrem com a dependência financeira de outros países mais desenvolvidos, e a fraca Não podemos negar que o Brasil sempre tentou suprir demandas à favor de desenvolvimento, exemplo, as ações de cooperações bilaterais em vários setores, principalmente nos Pequenos PALOP em 2003 – 2010.

Acredita-se que essas relações bilaterais possibilitam cada vez mais a aproximação dessas nações e que esse crescimento no comércio tenha reflexo na economia desses países na esperança de uma “África” (os membros de pequenos PALOP) desenvolvida e bem-sucedida nos acordos políticos e econômicos mundial. Os investimentos dos Pequenos PALOP na educação tem refletido positivamente renovando e ampliando as experiências dos africanos em termos políticos e econômicos desde o momento que se sentem comprometidos a retornar ao país de origem depois da formação no Brasil.

Sao nítidas as flutuações comerciais que felizmente vem melhorando nos últimos anos, apesar de grande reflexo dos conflitos internos nas contas públicas, a produção dos principais produtos de cada país de pequenos PALOP tem melhorado e estabilizando fluxo comercial. Supõe-se que os países membro do PALOP encararem com vigor estas oportunidades das relações com o Brasil e solucionar os problemas internos para que suas indústrias possam atrair outros países. Afinal tudo começa com boas relações e acordos benéficos.

REFERÊNCIAS

- ABC - Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Sul-Sul**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/CaboVerde>>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- ALMEIDA, P. R. **Uma política externa engajada**: A Diplomacia do Governo Lula. Rev. bras. polít. int., 164-184. Postado em 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00347329200400010000 8>. Acesso em: 16 out. 2020.
- ALVES, Fernanda Maria Melo; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Perfil e competências dos profissionais de informação e suas necessidades de formação: cenário nos PALOP. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 25, n. 51, p. 47-76, 2015.
- BANCO DE PORTUGAL. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor Leste 2018-2019**. Lisboa. 2019. Disponível em:<https://www.bcplp.org/sites/default/files/2019-10/Evolucao%20das%20Economias%20dos%20PALOP%20e%20de%20Timor%20Leste_2018_19_web_0.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020
- BATHILLON, A. V. **Estudantes guineenses**: da educação secundária na Guiné- Bissau à educação superior na Unilab, Brasil. (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras - UNILAB, São Francisco do Conde, 2016.
- BRASIL, H. G. **Relações Externas Brasil-África**: da política externa independente ao governo Lula. (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2016.
- CABO VERDE. **Governo de Cabo Verde**. Postado em: 15 de jan. de 2007. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 01 de jun. 2020.
- CPLP. **Processo Histórico**. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- FERNANDES, M. **Brasil e PALOP**: Política Externa Do Governo Lula Da Silva 2003-2010. (Bacharelado em Relações Internacionais) - Departamento de Relações Internacionais –DRI da Universidade Federal da Paraíba –UFPB, João Pessoa, 2018.
- FERREIRA, W. FHC e Lula na África sob as perspectivas diplomática e econômica. **Revista Uniceub**. Universidade Relações Internacionais, Brasília, v. 14, n. 1, p. 1-13, 2016.
- GAMA, J. Discurso - Visita a Cabo Verde: 1983. *In.*: CPLP. **Processo Histórico**. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- GOULART, M. De volta à África: solidariedade e a estratégia brasileira de política externa. Dossiê América do Sul. **Revista Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 271-290, 2014.

GUINÉ-BISSAU. **Situação Econômica Política e Social**. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/situacaoeconomicapoliticaesocial.htm>>: Acesso em: 01 nov. 2020.

LOPES, F. **A importância do Triângulo Portugal-PALOP-Brasil como garante de segurança do Atlântico Sul**. (TC do Curso De Promoção A Oficial General) Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa: IUM, 2010.

MALAQUIAS, F. C. **As relações entre o governo Lula e os PALOP**. Artigo de TCC - 2017. Disponível em: <<https://repositorio.uninter.com/handle/1/205>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

MALOMALO, B. A Integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva. *In*: R. C. FREITAS, & H. d. MACHADO SEGUNDO, **Democracia, equidade e cidadania**. Curitiba: CRV. p. 70-91. 2015.

MANCAL, A; DE CAMARGO BARROS, Geraldo Sant'Ana. Produtividade e eficiência agrícola nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) e Timor-Leste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 3, p. 441-454, 2019.

MDIC. **Comercio Exterior** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MILANI, C. RS; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo Saba. Cooperação sul-sul em educação e relações Brasil-PALOP. **Caderno CRH**, v. 29, n. 76, p. 13-32, 2016.

MOREIRA, S. B. Determinantes dos investimentos directos portugueses nos PALOP: os casos de dois países de expressão portuguesa, Brasil e Cabo Verde. **LUCERE: Revista Académica da UCAN**, Ano 5, n.º 6, p. 129-151, 2009.

MRE-MEC. **Histórico do Programa**: Introdução PEC-G. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>. Acesso em: 17 out. 2020

MUNANGA, K. Relações África-Brasil: o que seria? **Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais**, São Paulo, v.1 - n.1, p. 6-25. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Artimisa%20Silva/Downloads/413-1244-1-SM.pdf>. Acesso em: 11 nov.2020.

REGIONAL, P. I. **Quadro da Cooperação PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe)**. POT: Comunidade Europeia, 1997.

RIZZI, K. R. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP**: A Política Externa Brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010). Porto Alegre, 2012.

RIZZI, K. R. Relações Brasil-Palop: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento no Atlântico Sul (1974-2015). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 1, n. 1, 2016.

ROSSO, D. D.; DELIBERALI, D. **Relações Comerciais Brasil- PALOP (2010-2014):** Evolução ou Estagnação? Porto Alegre, Brasil. 2015.

SARAIVA, J. F. A África no século XXI: Um ensaio acadêmico. In: SARAIVA, J. F. **A África no século XXI: Um ensaio acadêmico.** Brasília: Gráfica e Editora Ideal Ltda, 2015.

ULLRICH, D. R.; CARRION, Rosinha da Silva Machado. A cooperação brasileira na área da educação nos PALOPS no período 2000-2012: principais atores e projetos. **Sociais e humanas [recurso eletrônico].** Santa Maria, RS. v. 27, n. 1 jan./abr. p. 146-160, 2014.

VISENTINI, P. G. A Relação Brasil-África: Prestígio, cooperação ou negócios? Rio Grande do Sul: Alta Books Editora, 2019.

VISENTINI, P. G.; PEREIRA, A. D. A política africana do governo Lula. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1. **Anais [...].** Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2015.